PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 552, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que *altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.*

RELATOR: Senador **EDISON LOBÃO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, que “altera o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família”.

A proposição altera o § 1º e acrescenta o § 3º ao art. 136 da CLT.

Na sua justificação o eminente autor argumenta que a fixação do período em que o empregado desfrutará suas férias é uma prerrogativa do empregador. A manutenção desse princípio é de fundamental importância para a preservação do bom funcionamento da empresa.

Imagine-se se um grande número de empregados decidisse sair de férias ao mesmo tempo. Muitos prejuízos poderiam advir a essa empresa, podendo, inclusive, paralisá-la, parcial ou totalmente.

Essa prerrogativa conferida ao empregador, no entanto, não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, de membros de uma mesma família.

A proposição busca, assim, valorizar a família, especialmente nos momentos de férias, o que é salutar e desejável por todos.

Na 54ª legislatura, o PLS nº 552, de 2011, tramitava em conjunto com o PLS nº 369, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, por força da aprovação do Requerimento nº 284, de 2012.

Em 9 de julho de 2013, o projeto recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e, em 16 de outubro de 2013, também na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Nesta 55ª legislatura, o presente projeto continuou a tramitar, enquanto o PLS nº 369, de 2011, foi arquivado nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014.

Na sua tramitação autônoma, o PLS nº 552, de 2011, recebeu parecer favorável da CAE, com a adição de uma emenda de redação que não interferiu no mérito da proposição.

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) emitir parecer sobre o presente projeto, em caráter terminativo.

Proposições destinadas à regulamentação do direito a férias inserem-se no campo do Direito do Trabalho.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal (CF).

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, merecendo apenas um pequeno reparo redacional para incluir o acréscimo do § 3º ao art. 136 da CLT, o que fazemos na forma da emenda ao final propostas.

Como já relatado anteriormente, a presente proposição pretende a unificação, sempre que possível, das férias dos membros de uma mesma família.

Além disso, como já referido neste projeto de lei, deve-se considerar que a Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT deu nova inteligência ao art. 136 da CLT.

Com efeito, de acordo com o art. 10, item 1, da citada Convenção, “a ocasião em que as férias serão gozadas será determinada pelo empregador, após consulta à pessoa empregada interessada em questão ou seus representantes, a menos que seja fixada por regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional”.

Para fixar a ocasião do período de gozo das férias serão levadas em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão ao alcance da pessoa empregada.

Verifica-se, claramente, que a fixação da data em que o empregado deverá gozar férias, ainda que seja decorrente de um ato privativo do empregador, não pode ser um ato solitário e arbitrário, pois deverá atender, sempre que possível, as necessidades do trabalhador.

No caso de impasse quanto à definição do período em que serão usufruídas as férias, caberá ao empregador fixar o seu período de gozo, mas este deverá fundamentar a decisão e dar ciência, por escrito, aos interessados, em paridade com a formalidade exigida pela CLT para a comunicação de férias ao empregado.

Por derradeiro, lembramos que os incisos III e IV do art. 1º e o art. 226 da CF prestigiam a proposta, com base no primado de que a família tem proteção especial do Estado.

No que se refere à Emenda nº 1-CAE, o seu objetivo foi apenas desmembrar o texto contido no § 1º do art. 136 da CLT proposto pelo projeto de lei.

Ocorre que, da forma como foi aprovada a redação da Emenda nº 1-CAE, restou suprimido o atual § 2º do art. 136 da CLT que assegura ao empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, o direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares, nos termos da redação conferida pelo Decreto-Lei nº 1.535, de 13 de abril de 1977.

Assim, somos forçados a apresentar uma nova emenda (substitutiva), para corrigir o erro, e dar nova redação ao art. 136, mantendo o desmembramento proposto, mas na forma dos parágrafos 3º e 4º, renumerando-se o atual § 3º para § 5º, mantendo a redação original do PLS.

A redação atual do § 1º do art. 136 da CLT já assegura aos membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, o direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

Melhor manter esse dispositivo intacto e dispor, em um novo parágrafo, que os empregados de empresas distintas também terão o mesmo direito, se não houver prejuízo para as respectivas empresas.

Nestes termos, asseguramos a aprovação do projeto de lei, mas direcionamos a alteração ao art. 136, apenas para acrescentar mais parágrafos sem promover alterações nos §§ 1º e 2º vigentes.

Em face destas alterações, fomos obrigados a dar, também, nova redação à ementa da proposição, para que fique claro o seu propósito.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, na forma da seguinte Emenda (substitutiva):

EMENDA Nº 2- CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011

Acrescenta ao art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, os seguintes §§ 3º, 4º e 5º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes §§ 3º, 4º e 5º:

“Art. 136.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Os membros de uma família, que trabalharem em estabelecimento ou empresa distintos, terão também o direito a gozar férias no mesmo período, e se disto não resultar prejuízo para o serviço de ambas as empresas ou estabelecimentos.

§ 4º Havendo discordância quanto à definição do período em que serão usufruídas as férias de que trata o § 3º, ou havendo acordo ou convenção coletiva que disponha a respeito, caberá aos empregadores fixarem o seu período de gozo, fundamentando a decisão e dando ciência, por escrito, aos interessados.

§ 5º Para cumprimento do disposto no § 3º, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão de férias do outro ente familiar empregado” (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2015

Senador WALDEMIR MOKA, Presidente Eventual
Senador EDISON LOBÃO, Relator

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011

Acrescenta ao art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, os seguintes §§ 3º, 4º e 5º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes §§ 3º, 4º e 5º:

“Art. 136.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Os membros de uma família, que trabalharem em estabelecimento ou empresa distintos, terão também o direito a gozar férias no mesmo período, e se disto não resultar prejuízo para o serviço de ambas as empresas ou estabelecimentos.

§ 4º Havendo discordância quanto à definição do período em que serão usufruídas as férias de que trata o § 3º, ou havendo acordo ou convenção coletiva que disponha a respeito, caberá aos empregadores fixarem o seu período de gozo, fundamentando a decisão e dando ciência, por escrito, aos interessados.

§ 5º Para cumprimento do disposto no § 3º, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão de férias do outro ente familiar empregado” (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2015.

Senador WALDEMIR MOKA

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais